



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TOCANTINS
CAMPUS PALMAS
CURSO SUPERIOR TECNOLOGIA EM AGRONEGÓCIO**

RONIEL DE OLIVEIRA ALVES

**ESTUDO DE CASO: A DIVISÃO DO TRABALHO FAMILIAR NA AGRICULTURA
CAMPONESA DO PROJETO DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA
BURITI, MUNICÍPIO DE AXIXÁ DO TOCANTINS**

**Palmas – TO
2020**

RONIEL DE OLIVEIRA ALVES

**ESTUDO DE CASO: A DIVISÃO DO TRABALHO FAMILIAR NA AGRICULTURA
CAMPONESA DO PROJETO DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA
BURITI, MUNICÍPIO DE AXIXÁ DO TOCANTINS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Coordenação do Curso Tecnólogo em Gestão
do Agronegócio do Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia - *Campus*
Palmas, como exigência à obtenção do grau de
Tecnólogo em Gestão do Agronegócio.

Orientador(a): Prof. Dr. Frank Toshimi Tamba
Co-orientador(a): Prof. Dr. Thomas Vieira
Nunes

**Palmas – TO
2020**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecas do Instituto Federal do Tocantins

A474e Alves, Roniel de Oliveira

ESTUDO DE CASO: A DIVISÃO DO TRABALHO FAMILIAR NA AGRICULTURA CAMPONESA DO PROJETO DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA BURITI, MUNICÍPIO DE AXIXÁ DO TOCANTINS / Roniel de Oliveira Alves. – Palmas, TO, 2020.
40 p. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnólogo em Gestão do Agronegócio) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, Campus Palmas, Palmas, TO, 2020.

Orientador: PhD Frank Toshimi Tamba
Coorientador: Dr. Thomas Vieira Nunes

1. Agricultura Familiar. 2. Assentamento. 3. Divisão do Trabalho Familiar. I. Tamba, Frank Toshimi. II. Nunes, Thomas Vieira. III. Título.

CDD 630

A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio, deste documento é autorizada para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica do IFTO com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Palmas

RONIEL DE OLIVEIRA ALVES

**A DIVISÃO DO TRABALHO FAMILIAR NA AGRICULTURA CAMPONESA DO PROJETO DE
ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA BURITI, MUNICÍPIO DE AXIXÁ DO TOCANTINS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Coordenação do Curso
Tecnólogo em Gestão do Agronegócio do Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia - *Campus Palmas*, como exigência à
obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão do Agronegócio.

Orientador(a): Prof. Dr. Frank Toshimi Tamba

Co-orientador(a): Prof. Dr. Thomas Vieira Nunes.

Aprovado em: 20/01/2021

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Frank Toshimi Tamba
(Orientador)
IFTO – *Campus Palmas*

Prof.ª MSc. Ana Carolina Nogueira Falcão
IFTO – *Campus Palmas*

Prof.ª Maria Lucimar de Oliveira Souza
IFTO – *Campus Palmas*

AGRADECIMENTOS

Agradecer primeiramente ao senhor Jesus Cristo por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades e ter cuidado de mim a cada viagem diária pra faculdade na ida e na volta.

A minha mãe Lindalva de Oliveira Alves por ter confiado em mim todo esse período, e meus irmãos Romensom, Wetila, Leiliane e Robson por estarem presentes na minha vida .

Ao meu Pai Roberval Alves por ter me incentivado todo esse período de faculdade.

Ao meu amigo Jorge por ter me motivado nessa reta final que não foi fácil e meu amigo Jair Guilherme que fizeram parte da minha formação e que vão estar presentes durante a minha trajetória.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, Campus Palmas, e seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a mim hoje a realização de uma graduação superior.

A meu orientador professor Dr. Frank Toshimi Tamba, pelo o suporte no pouco tempo, incentivo, apoio e confiança.

Meus sinceros agradecimentos a todos que fizeram parte dessa jornada.

RESUMO

A Lei nº 11.326 de julho de 2006 trouxe uma definição legal para a agricultura familiar e para os empreendimentos familiares rurais, colocando como um dos critérios a utilização predominante de mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas desenvolvidas no estabelecimento ou empreendimento. Não obstante, ainda são poucas as informações sobre a dinâmica da distribuição do trabalho nessas unidades de produção, o que é essencial para a redução de distorções de enquadramento nas políticas públicas de apoio à agricultura familiar, entre as quais destacam-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Buscando um maior esclarecimento acerca dessa temática, o presente trabalho buscou analisar entrevistas realizadas com agricultores familiares no assentamento de reforma agrária Buriti, localizado no Município de Axixá do Tocantins/TO, com o objetivo de obter informações acerca das atividades agrícolas desenvolvidas, da divisão do trabalho de acordo com o gênero, da divisão do tempo de trabalho de acordo com a faixa etária, e da forma como é realizada a transmissão dos saberes tradicionais entre os membros familiares. Neste trabalho, foi utilizada a abordagem qualitativa, utilizando-se como técnica metodológica o levantamento de fontes bibliográficas, objetivando uma revisão de literatura acerca do tema. Objetivou-se também a realização de pesquisa de campo para melhor compreensão do objeto de estudo a realização de 05 (cinco) entrevistas junto aos assentados no projeto de assentamento Buriti, localizado no município de Axixá do Tocantins/TO. Como resultado, foi possível perceber no presente trabalho que a divisão do trabalho familiar no assentamento estudado tem como objetivo a produção de alimentos, a manutenção das condições de vida, a reprodução social de todos os membros familiares e a preparação de homens e mulheres para a construção de projetos futuros, fora ou dentro da atividade campesina.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Assentamento. Divisão do Trabalho Familiar.

ABSTRACT

Law 11,326 of July 2006 brought a legal definition for family farming and rural family enterprises, placing as one of the criteria the predominant use of the family's own labor in the economic activities carried out in the establishment or enterprise. Nevertheless, there is still little information on the dynamics of the distribution of labor in these production units, which is essential to reduce distortions in the framework of public policies to support family farming, among which the National Program for Strengthening of Family Agriculture (PRONAF) and the Food Acquisition Program (PAA). Seeking further clarification on this theme, the present work sought to analyze interviews with family farmers in the agrarian reform settlement Buriti, located in the Municipality of Axixá do Tocantins / TO, with the objective of obtaining information about the agricultural activities developed, of the division of the work according to gender, the division of working time according to age group, and the way traditional knowledge is transmitted between family members. In this work, the qualitative approach was used, using as a methodological technique the survey of bibliographic sources, aiming at a literature review on the subject. The objective was also to conduct field research to better understand the object of study and to conduct 05 (five) interviews with the settlers in the Buriti settlement project, located in the municipality of Axixá do Tocantins / TO. As a result, it was possible to perceive in the present study that the division of family work in the studied settlement aims to produce food, maintain living conditions, social reproduction of all family members and prepare men and women for the construction of future projects, outside or inside the peasant activity.

Keywords: Family Farming. Settlement. Division of Family Labor.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PA – Projeto de Assentamento

PAA- Programa de Aquisição de Alimentos

Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
1.1 Problemática	10
1.2 Justificativa	10
1.3 Objetivos.....	11
1.3.1 Objetivo Geral	11
1.3.2 Objetivos Específicos	11
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	12
2.1 Definição de Agricultura Familiar.....	12
2.2 Divisão social do trabalho no interior das famílias	15
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	22
3.1 Instrumentos de geração de dados.....	23
3.2 Tratamento e análise dos dados	25
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	26
4.1 As atividades desenvolvidas nos lotes do assentamento.....	26
4.2 A divisão de trabalho de acordo com o gênero	28
4.3 A escola camponesa	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	37

1 INTRODUÇÃO

No Censo Agropecuário de 2017 (IBGE), 3.897.408 estabelecimentos atenderam aos critérios definidos na legislação para sua classificação como agricultura familiar, o que representa 77% dos estabelecimentos agropecuários levantados pelo censo. Ocupavam uma área de 80,9 milhões de hectares, ou seja, 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. A agricultura familiar também foi responsável por 23% do valor total da produção dos estabelecimentos. (IBGE, 2019).

Nos estabelecimentos classificados como de agricultura familiar, o total de pessoas ocupadas, em 30 de setembro de 2017, foi de 10,1 milhões de pessoas, 67% do total, sendo que nestes estabelecimentos, a média de pessoas ocupadas era de 2,6 (IBGE, 2019).

Nesse sentido, a Lei nº 11.326 de julho de 2006 trouxe uma definição legal para a agricultura familiar e para os empreendimentos familiares rurais, colocando como um dos critérios a utilização predominante de mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas desenvolvidas no estabelecimento ou empreendimento.

Não obstante, ainda são poucas as informações sobre a dinâmica da distribuição do trabalho nessas unidades de produção, o que é essencial para a redução de distorções de enquadramento nas políticas públicas de apoio à agricultura familiar, entre as quais destacam-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Buscando um maior esclarecimento acerca dessa temática, o presente trabalho procurou realizar entrevistas com agricultores familiares no assentamento de reforma agrária Buriti, localizado no Município de Arixá do Tocantins/TO, com o objetivo de obter informações acerca das atividades agrícolas desenvolvidas, da divisão do trabalho de acordo com o gênero, da divisão do tempo de trabalho de acordo com a faixa etária, e da forma como é realizada a transmissão dos saberes tradicionais entre os membros familiares.

Cabe ainda salientar que os agricultores veem o PAA como uma maneira de comercializar seus produtos de forma direta, sem a participação de atravessadores. Tal canal de comercialização é definido por Wilkinson (2008) como canais curtos de comercialização ou cadeias curtas de suprimentos, pois os produtos saem quase que diretamente do produtor para o consumidor, permitindo a prática do comércio mesmo em pequenas quantidades, e sem necessidade de estocar em períodos regulares de acordo com a época de colheita de cada produto.

Do ponto de vista dos entrevistados, o PAA contribuiu para gerar recursos financeiros para os agricultores familiares, os quais foram destinados à aquisição de alimentos, pagamento de despesas da casa e investimento em bens duráveis.

No presente estudo, compartilha-se do ponto de vista de Wanderley (2009), uma vez que as mudanças vivenciadas pelo agricultor familiar moderno não configuram um rompimento definitivo com seus delineamentos anteriores. Ao contrário, devido ao patrimônio sócio cultural construído ao longo da trajetória de vida desses agricultores é que diferentes estratégias são geradas, e conferem a eles uma enorme capacidade de adaptação às novas exigências da sociedade, o que torna “(...) o camponês numa categoria de agricultor familiar (...)” (WANDERLEY, 2009 apud TAMBA, 2015).

1.1 Problemática

Como ocorre a distribuição das atividades laborais em núcleos familiares em uma comunidade proveniente de projeto de reforma agrária consolidada.

1.2 Justificativa

A Lei nº 11.326 de julho de 2006 trouxe uma definição legal para a agricultura familiar e para os empreendimentos familiares rurais, colocando como um dos critérios a utilização predominante de mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas desenvolvidas no estabelecimento ou empreendimento.

Não obstante, ainda são poucas as informações sobre a dinâmica da distribuição do trabalho nessas unidades de produção, o que é essencial para a redução de distorções de enquadramento nas políticas públicas de apoio à agricultura familiar, entre as quais destacam-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar de que maneira é realizada a divisão do trabalho familiar na unidade de produção agrícola no assentamento de reforma agrária Buriti, localizado no município de Axixá do Tocantins/TO.

1.3.2 Objetivos Específicos

- a) Estudar as atividades agrícolas desenvolvidas no lote de reforma agrária;
- b) Analisar como é a divisão do trabalho de acordo com o gênero;
- c) **Identificar** como a família agricultora divide o tempo de trabalho na unidade familiar de acordo com a faixa etária;
- d) Pesquisar como é realizada a transmissão dos saberes tradicionais entre os membros familiares.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Definição de Agricultura familiar

Segundo a Lei nº 11.326 de julho de 2006, considera-se agricultor familiar ou empreendedor familiar rural aquele que desenvolve atividades no meio rural, e que atende, simultaneamente, os seguintes requisitos: não ter posse de área rural maior que 4 módulos fiscais; utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas desenvolvidas no local; e possuir a maior parte da renda familiar proveniente das atividades agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural. Também são considerados agricultores familiares os silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, povos indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e indivíduos de assentamentos da reforma agrária. (BRASIL, 2006).

De acordo com Wanderley (2009), a agricultura familiar deve ser compreendida “(...) como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo”. A organização familiar desse modelo de produção mostra-se como um elemento substancial para a sua caracterização, visto que “(...) o fato de uma estrutura produtiva associar família–produção–trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente”.

Dentro das sociedades contemporâneas, surgiu a chamada agricultura familiar moderna, que possui a família como principal força de trabalho, sendo o resultado de uma continuidade da sociedade camponesa e outros tipos tradicionais, entretanto, possuem uma maior relação de integração e dependência, no âmbito econômico, social e mercantil, com a sociedade que lhe engloba (WANDERLEY, 2009; SCHNEIDER, 2010; TAMBA, 2015).

No presente estudo, compartilha-se do ponto de vista de Wanderley (2009), uma vez que as mudanças vivenciadas pelo agricultor familiar moderno não configuram um rompimento definitivo com seus delineamentos anteriores. Ao contrário, devido ao patrimônio sócio cultural construído ao longo da trajetória de vida desses agricultores é que diferentes estratégias são geradas, e conferem a eles uma enorme capacidade de adaptação às novas exigências da sociedade (WANDERLEY, 2009 apud TAMBA, 2015).

Lamarche (1993, s/p), em seu estudo, observa que “Toda exploração camponesa é familiar, mas nem todas as explorações familiares são camponesas”. Embasado nessa afirmação, cabe-nos um esclarecimento sobre o que é, afinal, o camponês

Um dos estudos clássicos que orientam grande parte dos estudos sobre campesinato no mundo é, sem dúvida, o trabalho de Mendras (1978, p. 14-15), que ao analisar os agricultores franceses, também enfatizou a centralidade da família no equilíbrio doméstico, mas destaca que a característica principal do camponês é o pertencimento, o fazer parte de uma “sociedade camponesa”, vivendo em coletividades locais com fortes relações de interconhecimento¹.

A vida comunitária enraizada em um determinado local fortalece os grupos familiares ao desenvolverem laços de amizade, compartilhar o espaço, a vida em comum, o trabalho, as festas, a religião, crenças e costumes. Enfim, criam um ambiente em que todos se conhecem e se identificam como pertencente àquela comunidade que, ao mesmo tempo, o distinguem de outros grupos, confere a eles autonomia e autarcia relativa. Ou seja, o correto seria falarmos em camponeses, pois as relações sociais e interdependências são os traços marcantes desses agricultores que vivem em comunidades.

Os primeiros estudos clássicos demonstram que o campesinato brasileiro sofria a interferência das monoculturas brasileiras, seja por meio de subordinação no interior das *plantations* (como moradores, rendeiros, etc.), ou pressão para fora de seus limites, nas proximidades ou afastados em regiões longínquas de fronteira (regiões de terras livres). No interior ou fora dos limites das *plantations*, os camponeses brasileiros conviviam em pequenos grupos locais, que no contexto brasileiro ficaram conhecidos como “bairros rurais²” ou “centros e povoados³”, o que permitia certo grau de fortalecimento em relação a influência da sociedade envolvente, mas não significava isolar-se do seu domínio e influências.

Essas pequenas comunidades camponesas, denominadas “bairros” (QUEIROZ, 2009; MELLO E SOUZA, 2001) ou “centros” e “povoados” (ALMEIDA, 1986; VELHO, 2009), se caracterizavam por um grupo de vizinhança, às vezes de habitat disperso, mas que conferia aos habitantes a noção de pertencimento àquela localidade, geralmente tendo como elemento de agregação a religiosidade representada pelas missas na capela, a festa do padroeiro e os trabalhos coletivos como mutirão e ajuda mútua compartilhada entre os moradores. Mesmo quando existe alguma diferenciação no nível econômico entre alguns moradores do bairro, o estilo de vida não permitia que as diferenças se acentuassem muito. Todos tinham a mesma

¹ O interconhecimento é uma característica da sociedade camponesa, onde a vida em coletividade permite que cada um conheça a todos os demais, e todos os aspectos da personalidade do próximo (MENDRAS, 1978, p. 88).

² Os bairros são definidos como um “habitat” disperso centralizado por pequeno núcleo de habitações em torno de uma capela e pelos vínculos sociais que unem seus membros (QUEIROZ, 1973, p. 133)

³ Centro é relativo a pequenos núcleos de povoamento rurais implantados em áreas de matas para a prática de agricultura de subsistência de camponeses na área da fronteira amazônica. À medida que aumentavam em tamanho e adquire o formato de “bairros” passavam a ser chamados de povoados. (VELHO, 2009)

técnica de cultivo, estilo de vida, recorriam a ajuda mútua, enfim se organizavam de forma igualitária (QUEIROZ, 1973, p. 93).

Esses núcleos, no geral, tinham como características uma vida rude, de condições de moradia precária, formas coletivas de trabalho⁴, numa economia fechada⁵ de pouca circulação monetária, seja na contratação de serviços ou troca de mercadorias em “feirinhas” pobres e rudimentares. Os traços marcantes dessas comunidades que as distinguiam do resto eram: isolamento, pobreza e agricultura de subsistência (PALÁCIOS, 1987, p. 148; PRADO JUNIOR, 1978, p. 291), sendo que as condições de moradia também eram semelhantes, casas rústicas (taipa, sapé, pau a pique) de chão batido e várias adaptações de objetos, como móveis e utensílios.

Segundo Wanderley (2009, p. 163), são as relações internas e externas que caracterizam as sociedades camponesas, e não somente a maneira tradicional de realizar a exploração da terra, comumente realizada em pequenas dimensões de terra, adaptando a exploração dos recursos naturais, geralmente sem a utilização (ou minimamente) de mecanização e insumos industrializados, tornando as atividades penosas e de baixos rendimentos.

A autonomia econômica do camponês perfaz-se na capacidade de manter o seu próprio sustento, bem como a reprodução familiar, por meio do sistema de policultivo-pecuária. Não obstante, ainda há a constituição de um patrimônio familiar que é “(...) transmitido às gerações futuras com todos os investimentos e recursos materiais e de trabalho convertidos no presente” (WANDERLEY, 2009 apud TAMBA, 2015, p. 35).

Portanto, essa continuidade de gerações não se resume à simples transmissão dos recursos materiais necessários para o desenvolvimento das atividades campesinas, como a terra, infraestrutura, equipamentos, rebanhos, etc., mas também de um patrimônio sociocultural que constitui um projeto de vida, e que orienta a própria maneira de produzir e de se portar diante do contexto social global, adequando-se às suas mudanças históricas, econômicas, sociais, culturais e ambientais (TAMBA, 2015, p. 35).

Lamarche (1993) formulou uma teoria para uma maior compreensão do funcionamento da unidade de produção familiar, segundo a qual o passado camponês partilhado entre os indivíduos é chamado de “modelo original”, enquanto as projeções e objetivos futuros, tomados como referência por esses mesmos indivíduos, são caracterizados como “modelo ideal”.

⁴ Definida como solidariedades vicinais por Mello e Souza (2001).

⁵ Economia fechada para a autora se refere a uma economia onde os trabalhadores preocupam-se com a satisfação das necessidades familiares, sem visar o lucro, significando geralmente num isolamento, com poucas relações econômicas com vizinhos e feiras locais (QUEIROZ, 1973, p. 54).

Essa abordagem centra sua reflexão sobre a produção familiar pelo grau de integração à economia de mercado, concebida “tanto no plano técnico-econômico quanto no plano sociocultural”. Assim, concebe uma escala que possui como extremidades o “modelo original” e o “modelo ideal” (TAMBA, 2015, p. 37).

Nesse sentido, “(...) os produtores familiares organizam suas estratégias, vivem suas lutas e fazem suas alianças em função destes dois domínios: a memória que guardam de sua história e as ambições que têm para o futuro” (LAMARCHE, 1993, p.19). Eles são influenciados pelo patrimônio sócio cultural construído nessas unidades de produção ao longo de sua formação e perpetuação, bem como pelo contexto geral da sociedade global em que estão inseridos, posicionando-se em diferentes graus dessa escala (TAMBA, 2015, p. 37).

Tamba (2015, p. 39), ao citar o trabalho desenvolvido por Lamarche (1993), diz ainda que “(...) as chances de os produtores familiares atingirem o modelo ideal concebido dependem da ‘complementaridade’ entre seus projetos e os projetos que a sociedade em que estão inseridos tem para eles”. Segundo esses autores, nas economias de mercado, notadamente em países industrializados, percebe-se uma maior dificuldade na perpetuação de unidades familiares que estejam mais próximas aos extremos da referida escala.

Isso porque há uma dificuldade em desvencilhar-se do seu modo de produção original para atender às exigências do mercado, e, por outro lado, “(...) não conseguem mais encontrar alternativas fora do padrão de produção para o mercado, que poderiam ser buscadas no patrimônio sociocultural fornecido pelo modelo original, se não o tivessem renegado ou esquecido” (LAMARCHE, 1993 apud TAMBA, 2015, p. 38).

Com base no referido estudo, entende-se que os assentados pela reforma agrária no projeto de assentamento Buriti no município de Axixá do Tocantins são sujeitos históricos que “(...) possuem uma trajetória de vida anterior, que configurou o seu ‘modelo original’ que serve de base e referência para enfrentar os novos desafios e construir um projeto de futuro (Modelo ideal) que se adapte ao novo contexto, mas que os conservem como agricultores familiares” (TAMBA, 2015, p. 38).

2.2 Divisão social do trabalho no interior das famílias

Dentro das unidades camponesas, ocorre uma reprodução social de ordem moral, a qual relaciona família, terra e trabalho como uma coisa só. A família é o núcleo desse tipo de unidade, e pode ser compreendida como “um sistema de relações internas e externas, no qual as primeiras orientam-se por princípios de hierarquia e de gênero e definem o processo de

trabalho na unidade de produção e consumo, assim como as atividades de cada membro da família” (MAIA, 2004 apud MACHADO; MENASCHE, 2012, p. 1).

Ademais, a delimitação do espaço de trabalho consolida-se na oposição entre a casa e o roçado, sendo a primeira o espaço da mulher e o segundo o espaço do homem. É o roçado também que delimita a própria existência do trabalho nas unidades familiares rurais, já que “os produtos fornecidos pelo roçado são os que asseguram o abastecimento dos meios necessários para o consumo familiar, consumo que se materializa na casa” (HEREDIA, 1979, p. 77-78 apud MACHADO; MENASCHE, 2012, p. 1).

Enquanto o trabalho da mulher está voltado para os afazeres domésticos, mais ligados à esfera do consumo, o trabalho do homem está focado no ambiente externo da casa, principalmente na lavoura, ou seja, na esfera da produção. Nesse sentido, o “processo de trabalho no mundo camponês possui dimensões simbólicas que constituem os espaços agrícolas e, também, espaços sociais e de gênero, que reproduzem os espaços sociais do homem e da mulher” (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997 apud MACHADO; MENASCHE, 2012, p. 4).

Corroborando com essas observações, destacamos o trabalho de pesquisa de Machado & Menasche (2012), que realizaram dinâmicas com filhos de agricultores no assentamento União, situado na localidade Armada, no 5º Distrito de Canguçu, Rio Grande do Sul, onde foi solicitado que as crianças desenhasssem o cotidiano de trabalho das famílias assentadas e observaram que

Ao representar o lote em seus desenhos, alguns alunos apresentaram a divisão do espaço de trabalho por gênero, mostrando mãe e filha ao lado da casa e pai e filho junto à lavoura; a mãe ordenhando a vaca (manualmente) ou alimentando animais domésticos; o pai dirigindo o trator. As lavouras, na maioria das vezes, foram retratadas em tamanho maior do que a horta e mostradas como ponto de origem dos alimentos produzidos para comercialização. O cercado das vacas leiteiras aparece em destaque nos trabalhos de alguns alunos, lembrando que o leite é um produto comercializado por um número significativo de famílias. É o caso de um desenho realizado por um aluno da 3ª série (Figura 1), no qual ele representa o lote e os espaços de trabalho da família, com mãe e filha próximas à casa, o pai e o filho próximos à lavoura e dois meninos afastados da casa, um mais distante e outro entre o cercado da vaca e o açude. A fumaça na chaminé demonstra o trabalho da mãe, e talvez da filha como ajudante, pois manter o fogo no fogão a lenha, para o preparo das refeições, demanda que se esteja em casa ou por perto para, de vez em quando, colocar lenha no fogão. O pai e filhos representados ao lado da lavoura, próximo ao cercado da vaca ou andando pelo campo delimitam esses espaços de trabalho como de responsabilidade dos homens da família, os filhos aí inseridos enquanto ajudantes do pai (MACHADO; MENASCHE, 2012, p. 4).

Portanto, pode-se observar que há uma distinção de trabalho de acordo com o gênero dentro das famílias de agricultores, respeitando-se uma hierarquia, tendo o chefe de família e a esposa como elementos centrais.

Acerca desse assunto Silva, Arantes e Ferreira (2012 apud SCHIMITZ; SANTOS, 2013) mencionam que a divisão sexual do trabalho atua a partir da compreensão de que o trabalho da mulher direciona-se “(...) à reprodução, o cuidado com as crianças e a manutenção e cuidado com as outras pessoas”, ou seja, sempre delegando a estas, atividades de cunho maternal, geralmente entendidas como inferiores hierarquicamente às desempenhadas pelos homens, as quais são mais valorizadas socialmente e economicamente.

O trabalho da mulher também é visto como secundário ao trabalho do homem. “Sendo assim, a família agrícola acredita que a mulher atua na condição de ‘ajudante’, porém essa ajuda, como, cuidar dos afazeres domésticos, cuidar da horta, preparo de suínos, fabricar produtos caseiros derivados do leite, contribui na renda da família agricultora” (SILVA; MENDES, 2015, p. 234).

Observa-se, portanto, que nas tarefas atribuídas às mulheres, a casa expande-se para o quintal, onde estão localizados outros afazeres como cuidar de pequenos cultivos e criações como hortas, pomares, criações de galinhas e porcos, etc. (HEREDIA, 1979).

Mesquita (2013), ao analisar o papel das mulheres na comunidade Rancharia em Campo Alegre de Goiás, salienta que a principal fonte de renda é do leite e a tarefa de lidar com o gado é vista como masculina. Assim, não só o homem é considerado como responsável pela família, mas a mulher tem participação para a família também. Mendes (2005), ao analisar as características socioeconômicas da produção rural familiar das comunidades Coqueiro, Morro Agudo/Cisterna, Ribeirão e Mata Preta, município de Catalão (GO) no período de 2003 a 2005, salienta que em algumas unidades familiares a produção de vários alimentos como a farinha de mandioca, polvilho, farinha de milho, conservas, licores de frutas da estação, doces em calda e pedaços, geleias de mocotó, queijos, requeijão e várias quitandas são comercializados nas feiras locais e em outras cidades próximas, junto com as hortaliças, aves e ovos. (SILVA; MENDES, 2015, p. 234).

Dessa forma, evidencia-se a importância da mulher na manutenção familiar, pois muitos desses produtos são processados pelas mãos femininas, no espaço reconhecido como “da mulher”, na cozinha ou interior da residência e no quintal.

Afrânio Garcia Junior (1989) demonstra em seu estudo que a manutenção dessa distribuição de trabalho nem sempre é possível, principalmente em situações de muita precariedade e pobreza, como no brejo paraibano, onde muitas vezes as mulheres desempenhavam tarefas “de homens”, pois a família não tinha disponibilidade de mão-de-obra nem recursos financeiros para contratação de trabalhadores que poderia aliviar a pressão sob o esforço físico de membros da família.

Destaca-se também os trabalhos de Sader (1986) e Tamba (2015), os quais ambos demonstraram que na região Norte do Tocantins (Bico do Papagaio) o extrativismo do babaçu seria caracterizado por extração da “castanha” dos frutos, “quebrar coco”, sobretudo por que

havia sido reconhecida como uma atividade desempenhada predominantemente por mulheres. Porém em momentos de dificuldades e precariedade socioeconômica, os homens também desempenham esta atividade, a fim de garantir o abastecimento básico e segurança alimentar à família.

A divisão do trabalho no núcleo familiar é dependente da variação demográfica da família ao longo do tempo, como foi destacado por Alexander Chayanov (1985) em seu clássico estudo sobre o campesinato. E essa variação do tamanho da família e a capacidade produtiva ao longo do tempo, leva os chefes de famílias a realizarem constantemente um cálculo subjetivo sobre a necessidade de produção de alimentos e a exploração do trabalho familiar. Esse cálculo é uma relação que leva em consideração a dimensão da família e é realizado entre a necessidade de alimentos para manutenção da família e a quantidade de braços disponíveis para o trabalho (CHAYANOV, 1985, apud TAMBA, 2015, p. 30).

O camponês é um produtor que “sobrevive da terra”, cultivando-a mediante auto exploração da própria mão de obra familiar, objetivando a subsistência de seu grupo doméstico, sem divisões internas do seu resultado (CHAYANOV, 1985 apud TAMBA, 2015, p. 28).

O resultado obtido da exploração do trabalho familiar é para satisfazer as necessidades do grupo. É imperativo produzir uma diversidade de produtos para suprir a necessidade de alimento dos membros familiares e gerar um excedente para realizar trocas com o mercado envolvente, a fim de suprir demandas de consumo não produzidas internamente (ferramentas, utensílios, produtos industrializados, roupas, calçados etc.) e serviços (médicos, taxas de energia, água, impostos, aluguel da terra etc.). O dinheiro obtido nessas transações é um intermediador para a obtenção de outras mercadorias ou serviços, e, em caso de sobras, são poupadas para gastos futuros da família, em que a lógica é sempre a reprodução familiar (TAMBA, 2015, p. 28)

Chayanov (1985) analisou que a capacidade de auto exploração da mão de obra familiar é variável no tempo, depende da densidade demográfica da família, da faixa etária e do sexo dos membros familiares. Dessa forma, trabalhar para atender as demandas do autoconsumo e do excedente exigirão um maior ou menor grau de intensidade de exploração da força de trabalho. Cabe ao chefe da família a decisão de como atender as necessidades da família, realizando um balanço entre a extensão da terra a ser explorada e o esforço necessário a ser despendido por ele e os demais membros familiares. Esse é um cálculo subjetivo que depende de uma série de fatores internos e do contexto em que a unidade camponesa está inserida. Tal conceito desenvolvido por Chayanov se tornou de uso corrente em várias pesquisas no mundo.

Assim, se a família é a principal força de trabalho dessa economia, e essa, demograficamente, é variável no tempo, o chefe da família terá de utilizar-se de estratégias diversas para sustentá-la ao longo do ciclo de vida nos períodos que podem ocorrer desequilíbrios entre a necessidade de consumo e a disponibilidade de braços para produzir o

sustento da casa. Há de se considerar que “viver da terra” não significa desenvolver somente atividades agrícolas dentro dos limites de sua própria parcela de terra. Pressão por consumo, baixo valor comercial dos produtos de seus roçados, sazonalidade das atividades ou da produção e poucas colheitas são alguns exemplos que podem levar o camponês a buscar complementação de rendimento fora de sua propriedade, em atividades agrícolas e/ou não agrícolas. Nesse sentido, Chayanov (1985) aponta, em seus estudos, a importância das atividades artesanais e comerciais como formas de atingir o equilíbrio doméstico em anos de poucas colheitas.

Palmeira (2009) e Garcia Jr. (1989) destacam os “corumbas” ou “curaus”, que, em período de estiagem e pouco volume de serviço em seus roçados, deslocam para as áreas de *plantation* da cana-de-açúcar, para vender a força de trabalho (também chamado de trabalho “alugado”), e retornam no início do período chuvoso para cultivar seus roçados. Os recursos oriundos dessas atividades são importantes para complementar o sustento da casa em casos de insuficiência dos resultados dos roçados. Também podem ser utilizados para outras finalidades que visam equilibrar a necessidade de mão de obra no trato dos roçados, como, por exemplo, a contratação de trabalhadores e/ou máquinas para a realização de atividades: preparo do solo, plantio e colheita. Nesse caso, a contratação de trabalhadores alugados é uma estratégia que permite complementar a falta de mão de obra familiar ou para aliviar a pressão de trabalho sobre os membros familiares, deixando-os livres para outros afazeres, como estudo ou dedicação a outras atividades: negócios, empregos urbanos etc. (GARCIA JR., 1989).

A contratação de trabalhador “alugado”, para auxiliá-los nas tarefas dos roçados, depende da disponibilidade de dinheiro, o que nem sempre é possível. Assim, é comum observar no meio rural, entre as unidades camponesas, a recorrência de atividades coletivas, realizadas de forma compartilhada, por meio da ajuda mútua.

Para Mello e Souza (2001), é praticamente impossível um camponês dispor somente de mão de obra familiar durante todo o ano no cultivo de suas roças. É bastante comum apelar para colaborações vicinais, por meio de ajuda mútua entre os integrantes da localidade (parentes, compadres, amigos etc.) nas atividades produtivas, buscando manter o equilíbrio entre trabalho e o consumo dos respectivos grupos familiares. Entre as formas de ajudas mútuas mais comuns de serem encontradas no meio rural brasileiro, destacam-se o mutirão e a troca de dias.

Nas formas de compartilhamento de trabalhos não são geradas trocas monetárias, mas a cooperação bilateral em atividades que a família, geralmente, não consegue realizar, uma vez que exigem maior esforço físico e urgência na execução, em decorrência das diferentes fases do ciclo vegetativo das lavouras (desmatamento, preparo do solo, plantio e colheita, por

exemplo). O mutirão é uma forma de trabalho coletivo que tem por finalidade suprir a falta de mão de obra da família na execução de algum tipo de trabalho. Geralmente, é realizado para atender a convocação de alguém que, ao final da atividade, retribui com a realização de uma festa de confraternização. Essa festa é dispensada se o mutirão for realizado de surpresa pelos próprios membros da comunidade, que pressentem a situação de carência do beneficiário, que, possivelmente, não os convocou em virtude da falta de recursos. Nesse caso, o termo utilizado entre os caipiras paulistas era “terno”. Essas variações do mutirão foram observadas por Mello e Souza (2001) em comunidades camponesas localizadas em bairros paulistas. A retribuição, nesses casos, para quem recebe o benefício não ocorre de forma imediata, mas fica a obrigação moral de atender as convocações na comunidade, quando essas ocorrerem.

Sader (1986) destaca que, na região do Bico do Papagaio, o mutirão era uma forma bastante usual de ajuda mútua na realização de atividades no preparo do solo (composto pelas atividades de broque e queima), para o plantio das lavouras de subsistência. Nesse caso, a retribuição era imediata, pois era uma atividade realizada na mesma época, fazendo com que o mutirão só terminasse quando todos os membros do grupo tivessem suas áreas prontas para os cultivos. Na região do Bico do Papagaio, se o número de participantes fosse reduzido, geralmente grupo de 3 a 5 pessoas, a cooperação era chamada de trabalho “adjunto” conforme observado por Sader (1986). A troca de dias é uma forma de compartilhamento de trabalho, geralmente realizada entre dois chefes de famílias, em que acontece uma permuta de dias de trabalhos, de acordo com a necessidade de ambos (MELLO E SOUZA, 2001; SADER, 1986).

A manutenção das condições de reprodução da família depende da produção de alimentos em quantidades suficientes para o gasto da casa e de pequenos excedentes para complementar as necessidades básicas de consumo, a partir da realização de uma equação, em todas as famílias camponesas, entre a quantidade de alimento a ser produzida e o número de consumidores, e as pessoas aptas para o trabalho na pequena porção de terra disponível. O equilíbrio entre necessidade de consumo e exploração do trabalho na unidade camponesa possui várias implicações na organização familiar, que ao longo do tempo vão sendo solucionadas através da contratação de trabalho assalariados em algumas épocas do ano que demandam mais trabalho e/ou a preservação dos membros familiares, aliviando-os do trabalho forçado em épocas de baixa disponibilidade de braços para o trabalho nos roçados, em virtude de poucos membros familiares ou em idade apta para a realização de tarefas consideradas pesadas ou impróprias para a faixa etária ou gênero.

Na agricultura familiar, associada à divisão sexual há também uma divisão etária. Homens e mulheres, de acordo com a idade e o ciclo de vida familiar, ocupam posições

diferenciadas na produção dos grupos domésticos. Estas posições são pautadas em relações de poder, hierarquias e conflitos.

De acordo com Marin e Vendruscolo (2010), os diversos autores que estudaram as sociedades camponesas no Brasil destacaram a importância da transmissão do patrimônio cultural e das práticas, habilidades e saberes tradicionais historicamente acumulados. A capacitação laboral e a construção do herdeiro exigiam que as crianças fossem iniciadas no trabalho, sob a orientação dos pais ou dos trabalhadores adultos, como parte do processo de socialização profissional e ritualização da passagem para a idade adulta. De acordo com a idade, o sexo e a força física, as crianças incorporavam-se às atividades produtivas e reprodutivas das famílias, na condição de ajudante. As gerações mais velhas atribuíam ao trabalho das crianças um significado primordial em sua socialização, uma vez que elas se preparavam para tornar-se os futuros agricultores ou donas de casa, assim como seus pais. Nessa perspectiva, o trabalho das crianças assumia um caráter fundamental no ciclo da formação intergeracional dos camponeses.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Partimos do ponto de vista de que dados fenômenos humanos e sociais não podem ser compreendidos somente através de procedimentos quantificáveis. Dessa maneira, ancoramo-nos em Minayo (1993) ao buscarmos uma abordagem qualitativa em nossa investigação, pois segundo a autora esta modalidade:

[...] responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis (MINAYO, 1993, p. 21).

No presente trabalho, deixamo-nos guiar pelos apontamentos supracitados. Assim posto, essa abordagem permite o contato direto do pesquisador com o campo, possibilitando a investigação do objeto de estudo a partir da perspectiva das pessoas envolvidas, permitindo considerar múltiplos pontos de vistas, bem como a obtenção dos dados para serem analisados na busca do entendimento da dinâmica do fenômeno, no contexto que ele acontece.

Para realizarmos esse estudo, assumimos outras atividades de pesquisa que foram essenciais para que pudéssemos desenvolver os trabalhos investigativos. Descrevemos a seguir os procedimentos assumidos por nós para a realização das nossas tarefas, enquanto pesquisador na Sociologia Rural.

Pesquisa de campo - Partimos de um conjunto de cinco entrevistas que foram gravadas e transcritas junto aos assentados do projeto de assentamento Buriti, localizado no município de Axixá do Tocantins.

Pesquisa de fontes bibliográficas - Nesta fase, buscamos construir uma base conceitual para guiar os nossos procedimentos, através do levantamento de fontes bibliográficas, para a elaboração da revisão literária. Esta pesquisa nos permitiu aprofundar o estudo, clarificar nossos pressupostos teórico-metodológicos, esclarecer nossas dúvidas sobre o objeto de nosso estudo e guiar-nos em nossos procedimentos de tratamento e análise dos dados.

A pesquisa foi embasada na análise das cinco entrevistas. Ao optarmos por esses “casos”, estabelecemos um fio condutor lógico e racional que guiava todo o processo de coleta de dados (CRESWELL, 2010).

3.1 Instrumentos de geração de dados

O presente estudo é uma pesquisa de base qualitativa que faz uso do método de estudo de caso, que visa a compreensão do objeto pesquisado por meio da interpretação. Essa perspectiva traz a possibilidade de o pesquisador e o pesquisado construírem conjuntamente a base dos dados. Por isto, usaremos o termo geração de dados, ao invés de coleta, haja vista que o papel do participante é essencial para a realização da investigação e, sem ele, seria impossível realizá-la.

Destarte, com base nos propósitos e nos objetivos da presente investigação, buscamos compreender o mundo dos agentes participantes através da interação. Para tanto, elegemos a entrevista como dispositivo de geração de dados pelo fato desse instrumento permitir uma aproximação interativa entre pesquisador e pesquisado, promovendo o diálogo e a exposição das histórias de vida dos participantes.

Em nosso trabalho de pesquisador entrevistador, utilizamos um roteiro para a realização das entrevistas que foi elaborado previamente de acordo com os propósitos da investigação. Para tanto, utilizamos questões semiestruturadas, pois esta modalidade nos permitiu reformular e/ou adequar o diálogo de acordo com o contexto de cada assentado pesquisado. Assim sendo, as entrevistas possibilitaram a emergência de diálogos entre pesquisador/pesquisado. E o nosso intento principal foi gerar dados, conjuntamente, para a composição do *corpus* sob análise.

A respeito das vantagens e dos desafios de pesquisas com entrevistas, Lakatos e Marconi (1996, p. 196) apontam que o uso deste dispositivo de geração de dados se justifica na medida em que ele permite e facilita a compreensão, e abre possibilidades relevantes para uma interpretação qualitativa dos dados, permitindo averiguar os fatos, determinar opiniões sobre esses fatos, determinar os sentimentos sobre eles, descobrir os planos de ação, entender as condutas atuais ou passadas e entender os motivos conscientes para opiniões, sentimentos, sistemas de condutas, etc.

Assim posto, nesta interação, os entrevistados expuseram, sob forma de narrativas, as suas experiências, seus saberes e capacidades vivenciadas no PA, as quais totalizam 5 horas e quinze minutos (5'15''). Por meio da entrevista, foi possível apreender o que os entrevistados pensam, seus sentimentos, intenções e objetivos em seu espaço de habitação, o seu trabalho e interação social entre os agentes envolvidos.

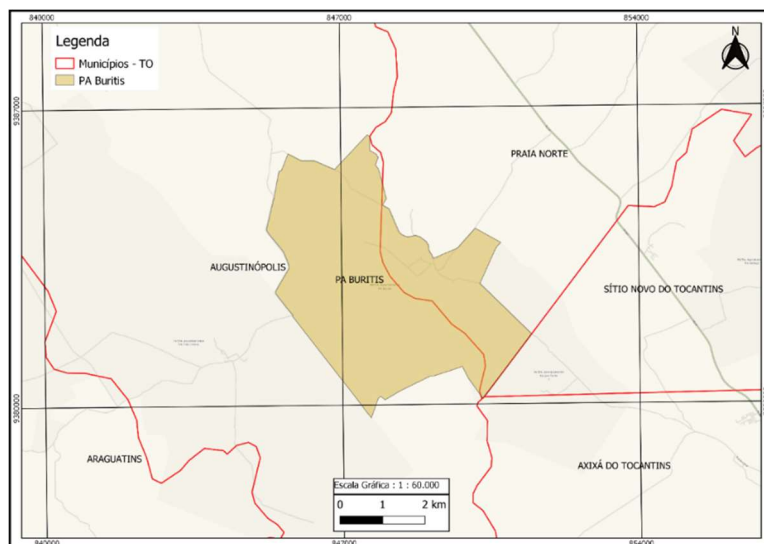
Para a realização das entrevistas, foi utilizado um gravador para ampliar o poder de registro e preservar o conteúdo original dos dados gerados. Além disso, permitiu registrar não

só as palavras, como também, pausas, vacilações, mudanças no timbre da voz, que permitem o pesquisador prestar maior atenção ao entrevistado (FLICK, 2009).

Outra questão é que na pesquisa qualitativa a amostragem não é probabilística (MINAYO, 1994), uma vez que o objetivo é a profundidade do estudo e não a generalização estatística dos resultados. Sendo assim, o procedimento de campo na escolha dos entrevistados seguiu de acordo com a pré-disposição das pessoas, onde a preocupação foi obter um número máximo de entrevistas. Dessa forma realizamos cinco entrevistas com agricultores familiares e gestores do Projeto de Assentamento Rural – Buritis.

O referido Projeto de Assentamento está geograficamente localizado entre os municípios de Augustinópolis e Praia Norte, tendo uma ocupação de 73 famílias distribuídas em 2.196,1749 hectares, conforme imagem 1 a seguir.

Imagem 1: Localização do PA Buritis



Fonte: Acervo Fundiário, INCRA, 2020.

As entrevistas ocorreram na residência dos entrevistados. Uma das preocupações na condução das entrevistas era interagir de forma natural, não intrusiva, “evitando argumentar, discutir ou demonstrar posicionamento pessoal em relação ao que estava sendo comentado” (MINAYO, 1994, s/p).

As entrevistas auxiliaram efetivamente em nossas observações de campo, as quais ocorreram durante o período de realização das atividades investigativas *in loco*. Constatamos a eficácia de sua utilidade no estudo de caso, pois elas permitiram o registro de ocorrências de interesse para o trabalho e que não tinham sido evidenciadas. Este dispositivo auxiliou na compreensão e interpretação dos fenômenos estudados e ocorreram de forma participante e/ou

não participante, “(...) depende do envolvimento do entrevistador, ou seja, ele ser ou não mero espectador do fato que está sendo estudado” (YIN, 2010, p. 138).

3.2 Tratamento e análise dos dados

Após concluir a transcrição das entrevistas constituintes do *corpus* da presente pesquisa, levamos em consideração o anonimato dos participantes, os quais tiveram seus nomes substituídos por Agricultor 1, Agricultor 2 e assim por diante. Essa medida tem o intuito de suprimir as referências pessoais, dando atenção ao papel social exercido por cada um.

a) Pré-análise: quanto a esta etapa de análise dos dados, levou-se em consideração os objetivos e as questões da pesquisa, bem como a escolha do método qualitativo. Esta etapa iniciou-se com a realização de uma atividade conhecida como leitura flutuante, que tem por objetivo gerar impressões iniciais acerca do material a ser analisado, sem o compromisso objetivo de sistematização, apenas tentando extrair algumas ideias e seus significados gerais. Essa primeira leitura nos possibilitou transcender a mensagem explícita e, de forma menos estruturada, permitiu-nos a apreensão de pistas e indícios não óbvios.

b) Análise: conforme exposto anteriormente, o processo analítico se deu em diferentes etapas, marcadas por gestos interpretativos profundos de diversas leituras e releituras das entrevistas realizadas, as quais compõem o *corpus* sob análise desde os primeiros momentos da geração dos dados. Em nossa interpretação, levamos em conta a história, as vivências e as experiências dos participantes, bem como o contexto geográfico, histórico, político-econômico e cultural das comunidades pesquisadas. Todos esses elementos constituem as categorias analisadas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 As atividades desenvolvidas nos lotes do assentamento

Ao analisarmos as entrevistas, podemos observar que os agricultores do projeto de assentamento Buriti, no município de Axixá do Tocantins, são portadores de uma tradição camponesa herdada de gerações anteriores.

Porque sou da roça, nasci e fui criado na roça. Se perguntar coisa da rua eu não sei explicar. Agora pergunte da roça que eu sei explicar do começo ao fim. Eu roço, eu broco, eu colho, eu sei da roça, me criei na roça. (AGRICULTOR 1)

Todo tempo nós nunca saiu pra fora, nós nunca empregamos em firma, o nosso serviço... sempre foi tratar de roça. (AGRICULTOR 2)

Sader (1985), em sua tese de doutorado, narra o cotidiano de lutas pela terra, e identificou que a maioria dos camponeses residentes na região estudada eram oriundos do Nordeste, e migraram para a região norte em busca de terras livres, onde podiam sobreviver em pequenas comunidades, cultivando roças itinerantes e extraíndo coco babaçu. A luta pela terra nos anos 80 precarizou as condições de vida dos camponeses, por conta do cercamento das terras livres e pagamento de renda para produzir o alimento em situações de subordinação aos grileiros da época.

O trabalho e modo de vida repassado de geração em geração reproduz-se no assentamento e os mantêm como produtores de alimento. Dessa forma, os assentados preocupam-se prioritariamente com o sustento da casa através do plantio de roças de toco, que necessitam de períodos de pousio por não utilizarem fertilizantes. Destaca-se que esses conhecimentos provêm da transmissão familiar.

Duas linhas, botando duas linhas, só pra fazê o da dispesa mesmo, de casa do comes e bebe. E aí o restante eu mando pra os outos tá botando, uns botam duas linhas, três linhas, pra tirá o sustento deles lá também, né. Aí, o outo ano já coloca pra frente e aí já fica o de cá que a gente botou naquela área ali de roça já vai formar de novo pra dá um tempo por treis anos já pode botá aqui de novo. (AGRICULTOR 2)

A rotina de trabalho é bastante intensa e centrada em um calendário agrícola que se inicia no mês de junho, onde se realiza a broca, seguida da queima nos meses de agosto a setembro, e início dos plantios a partir do período chuvoso (outubro a janeiro), assim descrito pelo entrevistado.

Eu planto no mês de dezembro pra culhê no mês de maio, de junho. Então você começa do mês de junho. Vamos começar do mês de junho Começa de junho, né. Em junho a gente começa a brocar que é derrubar aquele mato. Em agosto, setembro a gente queima ele, aquela área, aí já vai plantá. (AGRICULTOR 4)

O cultivo tradicionalmente utilizado é de poli cultivo, onde plantam-se várias culturas consorciadas e algumas em sucessão às outras.

Eu planto milho, feijão, mandioca, fava. Eu boto quatro linhas aqui e naquele ano eu já não boto, boto lá na frente até chegá no 1,5 alqueire. Quando terminá o 1,5 alqueire lá, eu tô começando limpar aqui onde comecei de novo! (AGRICULTOR 1)

Arroz, feijão, fava, mandioca, banana... farinha de mandioca. Babaçu continua quebrando também. Minha profissão é lavrador mesmo, não aprendi outra profissão. (AGRICULTOR 5)

Geralmente planta-se arroz e milho consorciado, e alguns pés de abóbora, melancia, quiabo e maxixe. Ao final da colheita de arroz, dobram-se os pés de milho com as espigas, e semeia-se o feijão entre as linhas do milho. Alguns agricultores, antes do final do ciclo do arroz, semeiam a fava que irá crescer sob os pés de milho, e que será colhida somente no final do ciclo da fava /ou feijão. É um calendário que se inicia e termina em julho/agosto, conforme relatado pelo entrevistado abaixo:

A gente planta o arroiz na matraca, quando o arroiz tá desse tamanho (15 cm) a gente planta o milho em carreira na matraca. Quando o milho tá desse tamanho (50 cm) pega e planta a fava no pé do milho. Quando naquele outro pedacim... nós derrubemos 4 linhas e em 3 linhas nós planta arroiz e deixa uma linha pra plantá mandioca, sabe! Lá naquela linha nós só planta mandioca e milho e fava. Agora naquelas 3 linhas nós planta o arroiz junto com o milho. Quando a gente tira aquele arroiz do mês de março pra abril nós capina com catana. Aí nós capina o pé de arroiz que nós panhemos e toca fogo, sapeca ele e planta o feijão, isso é no mês de abril que o feijão só vai tá maduro no mês de junho pra julho. Não precisa mais que quatro chuvas, é o trepa pau. Depois colhe o feijão no mês de junho pra julho quando a fava também tá madura, porque a fava demora muito. Você planta a fava no mês de dezembro e ela só tá madura em julho. Em julho é que ela tá seca. Aí em agosto começa tudo de novo. Essa é a peleja, é terminando uma e começando outra, é rojão!!! (AGRICULTOR 1).

Entre os entrevistados, todos tiveram acesso ao crédito do PRONAF, e todos financiaram gado leiteiro. O crédito é determinado pelo Banco da Amazônia, destacando-se que não houve disponibilidade de crédito para outra alternativa de financiamento, ou seja, era a alternativa da sociedade determinada para eles (LAMARCHE, 1993).

o PRONAF foi três anos de carência e aí fui levando que o dinheiro meu foi pouco que eu peguei. Foi só R\$ 3.600,00 deu de comprar só 4 gado e o arame. O gado foi bom, nessa época eu não produzia leite, era só pro consumo (AGRICULTOR 2)

Comprei nove gado na época. Recebi dois mil e uns quebrados de dinheiro mesmo. Porque teve o gado, teve a represa. (AGRICULTOR 5)

O poli cultivo e a pecuária são uma combinação de atividades comumente reproduzidas entre os camponeses, e também bastante apropriadas, pois os restos das culturas servem de

alimento para o gado, e o esterco é utilizado como adubo para os cultivos agrícolas (WANDERLEY, 1997).

Além do poli cultivo e pecuária, os assentados também exploram o babaçu, seja para o consumo próprio ou para fins de comercialização.

Arroz, feijão, fava, mandioca, banana... farinha de mandioca. Babaçu continua quebrando também. Minha profissão é lavrador mesmo, não aprendi outra profissão. (AGRICULTOR 5)

[...] é, nois mesmo que faz, a gente compra... o tempero assim, porque compra o sebo do gado, aí bota junto com o azeite do coco, aí compra a potassa e nois mesmo faz o sabão no cru mesmo, bota numa vazia que não corta, vc bota tudim e mexe, mexe com pouco tá feito o sabão, a gente aproveita e faz o carvão da casca ninguém istroi nada. (AGRICULTOR 2)

Os assentados pela reforma agrária no assentamento Buriti desenvolvem cultivos agrícolas que tradicionalmente aprenderam com seus antepassados, e conta basicamente com as mesmas técnicas de cultivo, mas devido as novas oportunidades, tiveram acesso ao crédito, possibilitando também a produção de gado leiteiro. A seguir discutiremos como os assentados realizam a divisão dos trabalhos entre os membros familiares.

4.2 A divisão de trabalho de acordo com o gênero

A análise das entrevistas demonstra que há divisão do trabalho de acordo com o gênero nas famílias assentadas no Projeto de Assentamento Buriti. Inicialmente, segue a divisão do espaço feminino limitado à casa e ao roçado, limitado aos trabalhos leves, conforme observado por Heredia (1979).

A minha esposa toma de conta de casa, e quebra coco pra fazer calvão e tem as meninas mulher que ajuda nessa atividade de casa enquanto a mulher quebra coco as meninas toma conta de casa faz comida coloca comida para porco, galinha, leva comida na roça e ajuda com os trabalho mais leve em roça como cata feijão (AGRICULTOR 5)

Elas ... só num deixava capinar, mulher é diferente de home, capina num deixava não, mais apanhá, quebrá, apanhá feijão ... todas... (AGRICULTOR 2)

[...] a mulher apanha arroz e feijão... deixa de comer. (AGRICULTOR 3)

Conforme pode-se observar nos depoimentos acima, a atuação das mulheres expande-se para além do quintal da casa, indo até o roçado. As atividades desempenhadas pelas mulheres compreendem a tarefa de levar comida para os trabalhadores na roça, além de operações consideradas leves, como a colheita do arroz e feijão, realizada de forma manual, onde retira-se os cachos ou vagens maduras no campo. Nota-se, portanto, que além da divisão espacial, há

também o entendimento que a atividade feminina é importante em atividades consideradas “leves”, que exigem menor esforço físico.

Nesse sentido, observa-se que a atividade de extrativismo, atribuída às mulheres, também tem a participação masculina, no sentido de poupar o esforço das mulheres nas atividades de “juntar o coco”, que consiste basicamente em transportar o babaçu até o local onde será quebrado para extrair a castanha, geralmente no quintal da casa ou local de fácil acesso.

Ah! Ela quebra coco, ela vai mais eu pra roca e ajunta coco, boto lá no barraco porque tem que fazer barraco na roca pra empaiair sol e chuva, né? Eu boto... ajunto o coco lá no mato, levo para ela. Ela passa o dia todim quebrando, as vezes tira o azeite quando quer vender tira o azeite, porque precisa não é só o óleo, porque tem muita coisa que eu gosto do azeite de coco, de comer temperado com ele. Só quem quebra é a velha 70 a 80... as vez 100 kg que eu não deixo ela ir pro mato... eu num deixo ela ir no mato com eu ajuntar não... eu que ajunto (AGRICULTOR 2)

O homem, como chefe de família é o responsável pela maior carga de trabalho, dividindo seu tempo entre o roçado e as decisões de maior responsabilidade, como por exemplo a negociação entre os demais chefes de família para garantir a manutenção dos roçados, criações e provisões para a casa. Conforme os entrevistados, são muito comuns as trocas de dias e mutirões.

A gente troca diária, faz mutirão... hoje nós vamos pra um, cortar o arroz dele todim com cutelo, terminou dele, vamo pra outro já, até quando sai fora. Aqui é muito bom, mas com família grande é difícil... troca diária e vai passando. (AGRICULTOR 3)

No dia do fogo arrumo uns 4 ou 5 amigos com bomba de veneno pra ajudar. Trocamos serviço na hora que um precisar vamu lá todo mundo junto. Agora na hora de brocar você vai sozinho ou arruma uns companheiros. Você vai brocar, vou. Então ele te ajuda e depois eu ajudo ele, é assim que nós faiz. (AGRICULTOR 4)

A limpeza da área composta por roçagem e queima são consideradas atividades pesadas, que necessitam de muitos dias de trabalho para serem executadas, e, portanto, é uma atividade masculina, feita geralmente pelos chefes de família e acordadas entre eles através de laços de amizade ou parentesco construídas ao longo do tempo, numa relação de confiança e solidariedade vicinais, conforme especificado por Mello e Souza (2001).

Essas colaborações vicinais são importantes para suprir a falta de mão-de-obra, na família, apta para as atividades mais pesadas, como o “broque” e colheita do arroz, principalmente quando esta é realizada através do “corte pelo pé”, que exige rapidez nas operações, pois após o corte e secagem dos cachos é necessário fazer a bateção e ensaque do arroz, sob o risco de haver perdas na colheita.

Nóis corta ele pelo pé é rápido. Nóis vamo de 5 a 6 pessoas pra um. Pra aquele ali nóis já deixamos a roça toda né. Duas linhas fica toda no jeito de três dias nóis batê em cima de uma lona e é rapidim, já bota logo num saco. Num dia faz pra um, noutro dia já faiz pra outro, naquele mesmo total que feiz lá na sua e aí num impanca. (AGRICULTOR 4)

A colheita do arroz pode ser realizada pelo cacho, ou seja, retirando-se os cachos manualmente e empilhando em galpões até que atinja o ponto ideal de umidade, e nesse caso, por ser uma tarefa relativamente de menor esforço físico, pode ser realizada com a ajuda das mulheres e crianças de ambos os sexos. A colheita realizada dessa maneira apresenta a desvantagem de demandar mais tempo para deixar os grãos disponíveis para o transporte e consumo, pois é necessário um tempo maior para ser batido e ensacado, conforme o depoimento abaixo.

Pelo cacho é bom! Mas pelo pé é mais rápido e já fica o serviço feito. A gente faz assim pra diminuir o trabalho, né, o tempo. Aumenta o tempo pra cuidar do outro. No tempo de tá batendo ele, a gente já tá brocando. Então quando a gente panhou no cachim, no tempo de tá batendo ele, a gente já tá brocando. Então a gente já usou essa estratégia e é bom porque ali num dia só, você já desce o cacete e já deixa ensacado só no jeito de carregá. Ai já sobra aquele tempo pra frente pra você pensar direitinho com o que vai brocar a outra roça, né, já tem mais um tempo de descanso. Que o descanso era meio pouco de primeiro. Hoje já tem uma, duas, três semanas de descanso, você fica tranquilo. (AGRICULTOR 4)

A colheita do milho pode ser realizada aos poucos, pois usualmente todos os camponeses entrevistados deixam para colhê-lo somente depois que as espigas completam a secagem no campo, no próprio pé de milho. Como é plantada de forma consorciada com a fava, os agricultores deixam para realizar a colheita do milho somente depois da colheita da leguminosa, ou à medida que for necessário para atender alguma demanda da propriedade, como a alimentação dos animais do terreiro da casa, como galinhas e porcos. A colheita do feijão e da fava também seguem a mesma lógica do milho, realizada aos poucos com a retirada de vagens maduras, que vão sendo colocadas para secagem e debulha para posterior ensacamento quando atingirem o ponto ideal de umidade. Em ambas as colheitas, é comum a participação das mulheres e crianças independentemente da idade.

Na roça é só servicim mais leve... na colheita do feijão vai todos. (AGRICULTOR 5)

Quando é nas apanha do arroz, elas (mãe e filhas) tão mais eu apanhando arroz, deixando comer pra mim na roca é... de casa, não trabalha pra ninguém. Praticamente só ajudam na colheita. (AGRICULTOR 2)

A atividade leiteira é exercida pelos homens, pois é uma atividade que envolve a lida diária com animais, e é considerada relativamente perigosa para o sexo feminino. As atividades

envolvem o manejo com alimentação, tratos sanitários e manejo diário, principalmente para a realização da ordenha.

Meu menino tira o leite e vende pro caminhão ... todo dia... aí quando... o leite ela tá produzindo pouco leite eu não deixo tirar pra não faltar pro bezerro, bezerro já grande também... tirar só pro nosso consumo agora, porque ninguém pode tirar todo tempo. (AGRICULTOR 2)

A comercialização dos produtos é uma atividade exercida pelo chefe da família, conforme já observado por Woortmann (1990). No assentamento Buriti, a conversão dos produtos em dinheiro, para a aquisição de mercadorias para complemento do consumo da casa, é realizada na feira do município de Axixá do Tocantins.

O que produz e que vende aqui é mais questão de galinha. A gente pega um punhado de frango e leva pra cidade pra vender na feira. O milho também, né! Arroz também de vez em quando a gente vende. Tem muitos anos que não dá pra vender, mas tem outros que ainda sobra um pouco que dá de vender, né. Lá a gente compra é mais coisa de óleo, açúcar, café, tomate, milho, cebola... ano passado mesmo a gente comprou muito arroz, porque a roça não prestou, num deu nem um caroço de arroz no ano passado, era de quinze em dia comprando arroz, de janeiro a janeiro comprando arroz. Era vendendo galinha... a gente escapou assim, né! (AGRICULTOR 5)

Muitas vezes vende um pouquinho, não pode vender muito, se vender vai ter que comprar de novo e não dá... vende pra comprar outras coisas... vendo mais o milho... pra comprar as coisas de casa... (AGRICULTOR 3)

Conforme observado por Chayanov (1985), o campesinato tem a característica de realizar a venda de mercadoria para converter em dinheiro, e converter novamente em mercadoria, pois a comercialização é uma forma de complemento do consumo familiar. Afrânio Garcia Júnior (1989) também identificou essa semelhança no brejo Paraibano, onde analisou que os camponeses nordestinos cultivavam áreas que gerassem produtos “mais do que o gasto” da casa, ou seja, um excedente para permitir a comercialização nas feiras para gerar recursos para aquisição de produtos que irão complementar as necessidades de consumo da família. Essa é uma responsabilidade que cabe ao chefe da família, e a comercialização geralmente ocorre fora do espaço da casa, pois sob o olhar da ética camponesa, os negócios são considerados uma atividade desonesta, que envolve a arte de enganar as pessoas, e deve ser realizada do lado de fora da casa, ambiente sagrado da família (WOORTMAN, 1990).

4.3 A escola camponesa

Os ensinamentos camponeses são transmitidos de geração em geração, e seguem uma ordem hierárquica de acordo com o gênero e o local de trabalho, ou seja, o roçado e a residência,

assumidos respectivamente pelo pai e pela mãe. De acordo com os depoimentos coletados, cabe ao pai realizar a inserção produtiva dos filhos homens nas tarefas de campo, como os roçados, e vão evoluindo ao longo do tempo, à medida que eles vão atingindo a idade dos 15 anos, quando são considerados aptos para realizar as atividades de maior esforço físico, como o broque, por exemplo.

Meus meninos ajudam em tudo, na colheita do arroz, a colheita do feijão... capinã, só não brocá. Quando os meninos intera quinze anos tá no ponto de começar a brocar. As mininas é mais só serviço da casa mesmo. Na roça é só servicim mais leve... na colheita do feijão vai todos. (AGRICULTOR 5)

Eu levo ele pra eu me ajudar e eu ensinar ... fica mais eu.... ajuda a botar dentro do saco, não dá conta de levar... quando tem que fazer cerca levo ele pra ele aprender.... a mulher apanha arroz e feijão... deixa de comer. Eles vão deixar comida, quebrar milho... esse tem 10 anos faz companhia na roça... (AGRICULTOR 3)

As mães, por sua vez, responsabilizam-se pelos ensinamentos das filhas nos afazeres da casa e dos quintais, na quebra do coco babaçu, e quando requisitadas, ajudam os homens nas atividades do roçado consideradas leves.

A escola camponesa também foi citada por Folmann & Roos (2020), ao estudar dois assentamentos localizados no Estado do Paraná. Para esses autores o trabalho feminino compreende, segundo a tradição camponesa, apenas o auxílio nos roçados, posto que o homem é conhecido como protetor, provedor e detentor da força e da capacidade de gerenciar os processos produtivos da lavoura.

Os ensinamentos camponeses transmitidos são uma forma de reproduzir o modo de vida camponês e garantir a permanência dos mesmos nas sociedades modernas. Vários autores desenvolveram seus estudos mostrando a realidade de várias comunidades camponesas ao redor do mundo, e a maneira como estas se relacionam internamente e com a sociedade.

São diversas as formas de pressão social e do capital nas relações internas do campesinato, como também são diversificadas as formas de resistência desenvolvidas pelos grupos nos diferentes contextos em que estão inseridos. O campesinato persiste mantendo suas relações internas, que permite identificá-lo como coletividades em um espaço geográfico com dinâmicas de sociabilidade e regras de convivência, reforçadas por laços de amizade, compadrios e parentesco (MELLO E SOUZA, 2001).

Há de destacarmos a realidade vivenciada pelos entrevistados, no assentamento Buriti, quanto ao destino dos jovens camponeses. Todos os entrevistados desejam aos filhos e filhas um destino diferente da trajetória de vida dos pais, mas ao mesmo tempo veem os ensinamentos camponeses importantes para o desenvolvimento do caráter e como pré requisito para a sua

independência social e econômica. Dessa maneira, os pais educam os filhos dividindo o tempo deles entre os ensinamentos do roçado e a escola.

O menino estuda de meio dia a tarde e o resto é mais eu, bem cedo. Ele faz serviço pesado também, nós roça, nós quebra juquirá, milho, nós quebra tudo! (AGRICULTOR 1)

Ele ajuda assim, ele muitas veiz quando ele não tá na aula. Meu filho, vamos lá na roça. Só até chegar no horário de ir pra escola, 10 horas. Ai já vai me ajudando e a medida que dá eu tô guentando ele só lá no estudo pra não preocupá muito ele, né! . Agora quando o negócio pegá meu fi aí é o jeito você ir, eu quero que você aprenda também porque amanhã ou depois você tá empregado e desempregado você vai passá mal por não saber trabalhar, então eu lhe ensino, vou ensinar (AGRICULTOR 4)

O futuro dos filhos fora da agricultura é um projeto evidente na visão dos pais, pois é uma vida menos penosa e de maior reconhecimento, porém a terra é um ponto de partida, ao qual eles sempre poderão retornar, é uma garantia de sobrevivência, conforme fica evidente no segundo depoimento acima. A reforma agrária foi uma conquista para os assentados, pois a fixação à terra permite sonhar e construir projetos de futuro para os membros familiares, inclusive para as filhas mulheres, conforme pôde-se observar abaixo:

A minhas meninas a mais velha diz sempre que assim que terminar os estudos quer trabalhá pra comprá as coisas pra ela, né! Pra não depender só da gente, que a condição da gente não dá mesmo pra oferecer uma condição boa pros filhos da gente. Tem que estudar e arrumar um trabalho pra ganhar uma renda pra ajudar a família, né! As meninas é do mesmo jeito, o que eu imagino pra um é pra todos, né! Mas só que é difícil, porque hoje em dia a mocidade se bota a perder cedo, se casa logo também... aí sempre acaba não fazer o que elas querem por exemplo, o que a gente quer, né. O que a gente quer é que estudem bem e vai caçar outro meio de sobrevivência porque sabe ela fica na lida que a gente vive, né. Ai se ela resolver escolher aquilo ali também é ela que vai saber né (risos). Mas o que eu peço é que ela vai procurar sobreviver numa demanda melhor, né! (AGRICULTOR 5)

O final de estudos geralmente tem como referência o ensino médio, período justamente quando os jovens atingem a faixa etária considerada apta para as atividades do roçado (15 a 17 anos). É um período que alguns jovens decidem também sair de casa para trabalhar fora, em empregos fora da agricultura, principalmente as mulheres.

A mais velha tem oito anos que saiu, na época que ela saiu tinha 16 anos e os outros começaram a sair também... foi agora uma jovem de 15 anos que tá olhando o menino da minha filha mais velha... também está estudando...mora mais a menina mais velha que engravidou e trabalha aí mandei ela ficar mais ela lá pra olhar o menino dela e tá estudando à noite. Tem uma grávida que foi pra lá estudar e no fim nem estudou nem trabalhou... eu disse que tanto que trabalhei pra ajudar vocês, mas não quis agora tá se dando mal grávida porque não tem marido do lado... (AGRICULTOR 3)

Quanto aos homens, observamos que a saída é mais tardia, somente após a conclusão dos estudos, quando já foi aprendido o ofício repassado pelos pais, e com a conclusão pelo menos do ensino médio, ou de algum curso de capacitação.

Meus menino é tudo em seguida, atrás um do outro, 14, 15, 11... era assim... hoje tem 2 em Parauapebas tão empregado, ... esses tão dono da família dele, né Aí me ajudam tá entendendo? – ele diz: - Pai eu vou trabalhar de empregado... tudo lavrador, mais eu nunca obrigava meus filhos a trabalharem assim pra morrer. Meu filho, vamo pra roça, cedo eu mandava eles embora. Meu filho 3 horas... eu olhava... coitadim... com pena... meu filho vá pra casa... 2 horas, 3 horas... Ave Maria! São sabido demais... o que estudava de manhã de tarde ia trabalhar mais eu, e o que estudava a tarde até meio dia trabalhava mais eu, todos... esse daí tem um diploma tá na parede ali, curso de computação só que não ele pode trabalhar e aí ... ele não pode trabalhar na roça, tem hérnia de disco e não pode abaixar, levei pra Teresina e o médico: - ó, seu filho provavelmente não vai trabalhar mais na roça, porque que não pode fazer mais... e aí o que é que eu tava falando... meus filho, - pai vou arrumar um emprego pra mim, sabidão tudo tem curso ... pois vá meu filho, você tá achando ruim a roça e a roça é fraca, mais vc vai... aí eles tão trabalhando lá no Parauapebas... farturão, só que lá graças a Deus pra eles tá bom né, e pra mim também porque só eu saber o sossego que eles tao lá eu como pai e o respeito que eles tem lá pelo dono lá, o dono lá ave Maria! (AGRICULTOR 2)

O trabalho na unidade camponesa tem caráter familiar e coletivo, e com o tempo, isso se torna um empecilho para a obtenção de renda individual e suprimento das necessidades dos jovens, sejam elas de lazer ou consumo individual, como roupas, calçados, aparelhos de celulares etc., conforme pode ser constatado no depoimento abaixo:

Não tinha grana, começaram a pegar em dinheiro e viu que eu não tinha pra eles participar de farra e aí perguntaram se podia ir e eu não ia dizer que não, iam de todo jeito mesmo”. Não damos conta de arrumar o que eles precisam... eles que têm que trabalhar pra se manter... os filhos precisam de tudo... na roça o que se faz é só o que comer, não tem dinheiro é melhor estudar e trabalhar fora. O que a gente pede é coisa boa (AGRICULTOR 3)

Sob essa questão, Chayanov (1975) observou que na unidade camponesa a produção do trabalho é sempre coletiva, ou seja, o resultado do trabalho familiar é indivisível. Ademais, o chefe da família não dá espaço para privilegiar demandas individuais em detrimento de outros membros familiares.

Dessa forma, a busca pelo assalariamento pelos jovens, mediante emprego fixo no espaço urbano, não representa apenas a busca por renda individualizada, como também é uma tentativa de obter reconhecimento perante sua família, pois a renda obtida através de sua força de trabalho proporcionaria ao jovem sua independência diante do núcleo familiar camponês, cabendo ao jovem a decisão sobre a destinação daquele valor monetário. Obviamente que existem outras razões para a migração dos jovens que não são objeto dessa pesquisa, como por exemplo, a migração temporária de jovens como etapa de amadurecimento, e com o objetivo de conhecer o mundo e tornar-se responsável e independente, conforme relatado por Woortmann (2009).

A saída de jovens para trabalhar na área urbana alivia a pressão pela produção de alimentos na unidade camponesa e, embora desfalcando a capacidade produtiva, pode tornar-

se uma importante fonte de apoio para a continuidade da produção e reprodução camponesa de sua família. Muitas vezes a saída de um membro familiar acaba servindo de apoio para a saída de outros irmãos e irmãs, como foi relatado no primeiro depoimento a seguir, como também uma fonte de recursos para socorrer as necessidades e aliviar a pressão de trabalho para os pais e familiares que continuam na unidade camponesa.

A mais velha tem oito anos que saiu, na época que ela saiu tinha 16 anos e os outros começaram a sair também... foi agora uma jovem de 15 anos que tá olhando o menino da minha filha mais velha”

Mandam 1.000, 800, 500, mil... todos dois. A doença desse meu filho já levei pra Teresina, tinha gado eu já tinha 28 gado e to tendo 5 gado só, pra não perder a semente que com esse menino eu tenho gasto com ele demais. Eles tem me ajudado demais, remédio aqui todo fim de mês chega remédio que eles mandam de lá, remédio que ensina lá. (AGRICULTOR 2)

Antigamente a minha menina mais velha qdo era solteira ajudava muito , mas agora... aqui aculá ... a mãe pensa que aqui é fácil... os outros ajudavam muito... quando não gostavam de folia ajudavam muito... agora nem na época da panha do arroz eles ajudam pra poder pagar alguém pra trabalhar. (AGRICULTOR 3)

A migração dos filhos de camponeses se configura como uma busca por autonomia e independência, necessária para a construção dos projetos de futuro de cada membro familiar que geralmente se concretiza com o casamento e início de uma nova unidade familiar, mas que não necessariamente desvinculam totalmente dos laços familiares, e pode se converter em alguma ajuda financeira, mesmo que de longe.

A migração dos filhos pode ter outros significados, conforme análise de Woortmann (2009), pois nem sempre é definitiva, podendo ser uma etapa no amadurecimento dos jovens que migram para conhecer o mundo, tornando-se experientes e completando a passagem para a etapa de indivíduo adulto. Por outro lado, conforme a autora, a migração também é necessária para o processo de sucessão do lote, visto que a pequena dimensão da área produtiva não suporta subdivisão entre os descendentes. Os pais consentem e ajudam com recursos financeiros a saída dos filhos, e o último que ficar cuidando deles na velhice, geralmente é quem herdará a terra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os agricultores familiares do projeto de assentamento de reforma agrária Buriti, localizado no município de Axixá do Tocantins, mantém-se na unidade produtiva através da exploração do trabalho familiar e vivem em uma comunidade camponesa desde antes da entrada no assentamento.

A reforma agrária contribuiu para a fixação dos assentados à terra e permitiu a reprodução social e transmissão dos ensinamentos camponeses aos seus descendentes. É a partir da fixação à terra que os mesmos garantem a produção de alimentos, preparam e projetam o futuro de seus filhos.

O chefe da família, do sexo masculino, é o responsável pela organização e pela tomada de decisões da unidade produtiva, com o objetivo de prover alimentos e gerar rendimentos para suprir as necessidades da família, além de gerenciar a divisão e a distribuição de tarefas para os demais membros familiares. Cabe a ele também treinar os filhos homens gradualmente nas atividades do roçado de acordo com as etapas da vida, até eles atingirem a idade apta para a realização de todas as atividades, geralmente a partir dos 15 anos.

A esposa geralmente cuida da casa e de seu entorno. É dentro da casa que se processa o alimento que será enviado aos trabalhadores no campo, e também onde se ensina para as filhas as tradições camponesas, como cuidar da casa, cuidar das criações, artesanato, indústrias de alimentos caseiros, quebrar coco e ajudar nas tarefas da roça.

A divisão do trabalho familiar tem como objetivo a produção de alimentos, a manutenção das condições de vida, a reprodução social de todos os membros familiares e a preparação de homens e mulheres para a construção de projetos de futuros fora ou dentro da agricultura.

A escola camponesa é responsável por ensinar as tradições culturais e o modo de produção agrícola, ou seja, o modelo de vida camponês. Esse ofício é ensinado aos filhos/as como uma forma de garantia do sustento futuro, caso herdem a terra e optem por dar continuidade ao trabalho de seus pais. Além disso, é um pré-requisito para, após a conclusão do ensino médio e/ou de algum curso profissionalizante, ou ao atingirem idade apta para o trabalho, poderem partir para uma nova etapa de vida, geralmente fora da agricultura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA JR., J. M. G de. Uma realidade desafio. In: ALMEIDA JR. J. M. G. de.(org.) **Carajás: desafio político, ecologia e desenvolvimento**. São Paulo, Brasiliense, 1986. p. 265 - 293.
- BRASIL, **Lei Federal nº 11.326 de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, Brasília, Diário Oficial da União, nº141, Seção 1 - 25/07/2006, p.1 a 2.
- CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1985.
- CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**; tradução Magda Lopes. – 3 ed. – Porto Alegre: ARTMED, 296 p., 2010.
- FLICK, Uwe. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FOLLMANN, Jessica Aparecida de Avila; ROOS, Djoni. O processo contraditório de reprodução socioterritorial da juventude camponesa no interior dos territórios de luta pela reforma agrária nos municípios de Laranjeiras do sul e Rio bonito do Iguaçu/PR. Presidente Prudente, SP, **Revista NERA**. v. 23 n 53, p 216-237, mai-ago., 2020.
- GARCIA JÚNIOR, A. R. **O sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo, Marco Zero; Brasília – DF: Editora Universidade de Brasília: MCT-CNPQ, 1989. (Coleção pensamento antropológico).
- HEREDIA, Beatriz A. 1979. **A Morada da Vida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- IBGE (ed.). **Censo Agro 2017: população ocupada nos estabelecimentos agropecuários cai 8,8%**. 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 dez. 2020.
- LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- LAMARCHE, H. **A agricultura familiar: uma realidade multiforme**. Campinas: Unicamp, 1993.

MARIN, J. O. B. e VENDRUSCOLO, R. Infância e trabalho nas unidades de produção familiar In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 4., 2010. **Anais...** Curitiba: UFPR, 2010.

MACHADO, Carmen Janaina Batista, MENASCHE, Renata. **Trabalho de homem, trabalho de mulher:** Olhares sobre a organização do lote a partir da produção. Seminário internacional fazendo gênero 10. Florianópolis – SC, 2012.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento.** São Paulo: Hucitec/Abrasco, 1994.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 1993. p 21-65

MELLO E SOUZA, A.C. de. **Os parceiros do rio bonito.** Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo, Duas Cidades, Ed. 34, 2001.

MENDRAS, Henri. Grupos Domésticos. In: **Sociedades Camponesas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PALACIOS, Guillermo. 1987. **Campeinato e escravidão:** uma proposta de periodização para a história dos cultivadores pobres livres no Nordeste oriental do Brasil: 1700-1875, vol. 30, nº 3, p. 325-358.

PALMEIRA, Moacir. **Casa e trabalho:** nota sobre as relações sociais na plantation tradicional. In: WELCH, C. A. et al. (Org.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas:** v. 1. São Paulo: Unesp; Brasília: Nead, 2009, p. 203-216.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A Revolução Brasileira,** 6ªed., São Paulo: Brasiliense, 1978.

QUEIROZ, M. I.P. **O Campeinato Brasileiro:** Ensaio sobre Civilização e Grupos Rústicos. Petrópolis: Vozes, 1973.

SADER, M. R. C. de T. **Espaço e luta no Bico do Papagaio.** São Paulo, USP, 1986. (Tese de Doutorado).

SCHMITZ, A. M.; SANTOS, R. A. A divisão sexual do trabalho na agricultura familiar. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 10. **Anais Eletrônicos,** Florianópolis, 2013. Disponível:

http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1384267320_ARQUIVO_AlineMott erSchmitz.pdf. Acesso em: 10 dez. 2020.

SCHNEIDER, S. Reflexões sobre diversidade e diversificação: agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. **Revista Ruris**, Campinas/SP, v. 4, n.1, mar.; 2010.

SILVA, Gabriela Bernardes; MENDES, Estevane de Paula Pontes; **As relações de gênero na agricultura familiar: a comunidade Ribeirão no município de Catalão (GO)**", p. 228 -240. In: Coletânea Interdisciplinar em Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação - vol. 1. São Paulo: Blucher, 2015. Disponível em: <https://openaccess.blucher.com.br/article-details/as-relaes-de-genero-na-agricultura-familiar-a-comunidade-ribeiro-no-municipio-de-catalo-go-19442>.

TAMBA, Frank Toshimi. **Estratégias de Reprodução Social em Assentamentos de Reforma Agrária na Região do Bico do Papagaio-TO**. 2015. 262 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/14076/1/TESE%20Frank%20Toshimi%20Tamba.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2020

VELHO, O. G. **Capitalismo autoritário e campesinato**. Um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. Rio de Janeiro: Centro Edestein de Pesquisas Sociais, 2009.

WANDERLEY, Maria Nazaré Baudel. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade**. In: WANDERLEY, M. N. B. O mundo rural como um espaço de vida: Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 185-200.

WANDERLEY, Maria Nazaré Baudel. O lugar dos rurais: o meio rural no Brasil moderno. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 35. **Anais...** Brasília: SOBER, 1997.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

WOORTMAN, K. Migração, família e campesinato. In: WELCH, C. A. et al. (Org.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**: v. 1. São Paulo: Unesp; Brasília: Nead, 2009, p. 217-238.

WOORTMAN, K. **Com parente não se neguceia: o campesinato como ordem moral**. Anuário Antropológico. Brasília: Editora Universidade de Brasília, n. 87, 1990. p. 11-73.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookmn, 2010